

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Tarde

Class.: Guarani SP

Data: 12/08/94

Pg.: 1423

ESPERANÇA PARA ILHA DO CARDOSO

Uma construção a menos

A preservação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, localizada no município de Cananéia, litoral Sul de São Paulo, ganhou pelo menos um alento, em meio à burocracia que impede ações efetivas de fiscalização: um dos proprietários das casas de construção irregular na ilha assinou um acordo com o Ministério Público, MP, comprometendo-se a retirar seus materiais e replantar a vegetação original da restinga.

O empresário André Beer, da General Motors, planejava construir uma casa de 120 metros quadrados no extremo sul da Restinga Grande e já havia limpado 200 m² de terreno, onde fez fundações e levantou algumas paredes. A obra foi embargada pelo MP em março último, em função da cessão definitiva da ilha, pela União ao Estado de São Paulo, para fins de implantação do parque. O MP propôs uma ação demolitória, semelhante a outras que já correm na justiça, contra invasores que se instalaram na área de preservação. André Beer foi o primeiro a concordar em se retirar: "sempre segui a lei e não iria ferir o meio ambiente", esclareceu à Agência Estado. "Havia entrado com o projeto da casa na prefeitura de Cananéia e o projeto fora aprovado. Poderia recorrer do embargo, mas prefiro esperar. Não quero ser exceção, quero ter sossego".

As outras construções irregulares - também embargadas - continuam aguardando julgamento na justiça, aparentemente com as obras paradas. Não se tem notícias de novas invasões de grande porte.

Índios guaranis NÔMADES NO PARQUE

Mas há indícios de que os índios guarani, moradores da ilha, estejam recebendo familiares para

viver em sua companhia. Os guarani são nômades e, nesse caso, saíram há cerca de dez anos de Misiones, na Argentina, e vieram subindo pela costa brasileira até se instalar na área do parque, onde pretendem ficar. São três famílias, que eventualmente trabalham na retirada de palmito e madeira e na produção de peças artesanais. Por enquanto aguardam uma solução legal para seu assentamento. Não há consenso entre os órgãos governamentais quanto a seu destino.

Na base de administração do parque, em Cananéia, a fiscalização do Estado também está paralisada. Existem recursos a serem aplicados ainda este ano na compra de carros e equipamentos, da ordem de 152 mil dólares, provenientes do banco alemão KFW. Mas a licitação percorre os longos caminhos legais e só deve sair neste mês. Existem ainda cerca de 84 mil dólares do Programa Nacional de Meio Ambiente, destinados a reformas emergenciais, também comprometidos, mas ainda não disponíveis. Embora tenham sido reformados os motores e barcos do Instituto Florestal não existe equipe para usá-los.

Funcionários FALTAM CONTRATADOS

Vinte funcionários deveriam ser contratados para a Ilha do Cardoso, mas o concurso demorou a sair e ainda não foi feita a prova para admissão. Para completar, a mudança da moeda paralisou as diárias de campo desde 1 de julho até final de agosto. Os efeitos dessa paralisação serão avaliados na próxima reunião do CONSEMA (Conselho Estadual de Meio Ambiente), neste dia 17.

A burocracia, mais do que os agressores ambientais, ameaça burlar o prazo constitucional para a implantação dos parques. Segundo o artigo 44 das disposições transitórias, em 5 de outubro próximo terminam os 5 anos de prazo da Constituição para esta implantação.

De Liana John